

Sumário

1 Introdução	1
2 A Eficiente Instrumentalidade do Processo Penal Justo	5
2.1 Eficiência, eficácia e efetividade no âmbito da finalidade do direito processual penal	5
2.2 Novos desafios do processo penal na sociedade globalizada	11
2.3 Consenso como instrumento de concretização do processo penal de resultados.....	21
3 A Eficiência da Justiça Criminal à Luz da Análise Econômica do Direito	29
3.1 Premissas da análise econômica: escolha racional, equilíbrio e eficiência.....	29
3.2 Aspectos conceituais da Análise Econômica do Direito (<i>Law and Economics</i>)	33
3.3 Maximização da eficiência na ciência criminal a partir da Análise Econômica do Direito	37
4 A Justiça Penal Consensual.....	45
4.1 Conceito e gênese político-criminal.....	45
4.2 Ressignificação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública....	53
4.3 Reflexos do consenso no processo penal	67
4.3.1 Celeridade e duração razoável do processo	67
4.3.2 Respeito ao processo penal de estrutura acusatória	71
4.3.3 Concretização de um procedimento justo.....	77
4.3.4 Reconquista da importância da vítima no processo penal.....	87

4.4 Breves considerações sobre a justiça penal consensual no direito estrangeiro	93
4.4.1 Estados Unidos.....	94
4.4.2 Portugal.....	104
4.5 Justiça penal consensual no Brasil	109
4.5.1 Lei dos Juizados Especiais Criminais – Lei n.º 9.099/1995	109
4.5.1.1 Composição civil	113
4.5.1.2 Transação penal.....	116
4.5.1.3 Suspensão condicional do processo.....	120
4.5.2 Lei das Organizações Criminosas – Lei n.º 12.850/2013	124
4.6 Sistemas adversarial e inquisitorial: adaptação do processo penal consensual ao ordenamento jurídico brasileiro	131
5 O Acordo de Não Persecução Penal:	
Reflexo do Processo Penal Contemporâneo	137
5.1 Origem do instituto no ordenamento jurídico brasileiro.....	137
5.2 Conceito e natureza jurídica do acordo de não persecução penal	142
5.3 Requisitos do acordo de não persecução penal	150
5.3.1 Requisitos objetivos	150
5.3.2 Requisitos subjetivos	161
5.4 Condições do acordo de não persecução penal	168
5.5 Análise judicial do acordo de não persecução penal	174
5.6 Execução e fiscalização do acordo de não persecução penal	181
5.7 O papel do acordo de não persecução penal na justiça criminal	183
6 Considerações Finais	187
Referências.....	193
Posfácio.....	207